

CRONOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA BRASILEIRA: ABORDAGENS E ATUALIZAÇÕES CHRONOLOGY OF BRAZILIAN COFFEE DEVELOPMENT: APPROACHES AND UPDATES

Autor: Douglas Vianna Bahiense

Filiação: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: douglas.bahiense@yahoo.com.br

Autor: Ricardo Rippel

Filiação: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: ricardo.rippel@unioeste.br

Grupo de Trabalho (GT): GT03: Evolução, estrutura, competitividade e dinâmica das cadeias agroindustriais

Resumo

O fortalecimento da economia cafeeira tem reflexos nos dias atuais, mesmo com a diversificação econômica brasileira. O objetivo do trabalho é contextualizar a evolução do desenvolvimento da cafeicultura brasileira pontuando os registros históricos bem como outros tipos de progresso presentes no momento atual. A pesquisa bibliográfica é o procedimento descritivo que tem como intuito buscar as informações e conhecimentos prévios. A utilização neste artigo corresponde a apresentação dos temas principais correlacionados à cafeicultura. No primeiro momento, caracterizou-se um planejamento político que ousadamente apostou os investimentos provenientes da venda da produção exportada de café em outros setores econômicos. No segundo plano, a medida de que se produzia exponencialmente o café, no caso no Século XIX, demonstrava-se a destinação dos investimentos principalmente na formação industrial brasileira. No terceiro, denota a incorporação dos conceitos metodológicos de desenvolvimento sustentável e tecnológico para o crescimento produtivo das propriedades cafeeiras.

Palavras-chave: Economia Cafeeira; Registros Históricos; Estrutura Econômica

Abstract

The strengthening of the coffee economy has repercussions nowadays, even with the Brazilian economic diversification. Objective of paper is contextualize the evolution of development of brazilian coffee scoring historical records as well as other types of progress presents in moment. Bibliografic research is the descriptive procedure that aims to seek information and prior knowledge. The use in this article corresponds to the presentation of the main themes related to coffee growing. First moment, political planning was characterized, which boldly bet on investments from the sale of exported coffee production in other economic sectors. Second plane, measure that coffee was produced exponentially, in this case in the 19th century, the destination of investments was demonstrated, mainly in the Brazilian industrial formation. In third, denotes the incorporation of methodological concepts of sustainable and technological development for the productive growth of coffee properties.

Key words: Economy Coffee; Historical Records; Economic Structure.

1. Introdução

Segundo Medeiros e Rodrigues (2017), o Brasil teve uma nova riqueza ao ponto de ser uma principal matéria-prima para exportação no século XIX, no caso do café. Isto ganhou relevância histórica para a economia brasileira além de conquistar os espaços políticos e socioculturais. Através da necessidade de cultivo, fixou a estrutura capitalista ocorrendo a substituição (ora extinção) de mão-de-obra escrava pela assalariada e pelo aumento da imigração europeia. Além disso, com a venda dos excedentes de produção, o Governo Imperial e congêneres contribuíram nos investimentos industriais, na infraestrutura e na formação das zonas urbanas, até então inexplorado, sobretudo, no centro-sul do país.

O fortalecimento da economia cafeeira tem reflexos nos dias atuais, mesmo com a diversificação econômica brasileira pelas exportações de outras *commodities* agrícolas e industriais. Caixeta (2017a) afirma que a cadeia produtiva do café ocupa cerca de 5,6% das exportações agrícolas no Brasil, proporcionando ao setor cafeeiro melhor competitividade no mercado e contribuindo para o desenvolvimento regional já que nas regiões cafeeiras há disponibilidade de mão-de-obra. Nestas regiões, caracterizam-se as espécies e variedades produzidas de acordo com as condições edafoclimáticas para os tipos de qualidade classificados no mercado como café natural, despulpado, descascado, de bebida suave, ácida, encorpada e aromático. A autora reforça a estrutura desta cadeia por meio de agentes que trabalham nos processos de pós-colheita e distribuição do produto reunindo uma equipe de diversos profissionais que cuidam da produção final.

Os dados estimados da safra de café da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2021) mostram que o Estado de Minas Gerais domina amplamente o setor com a produção média de 23.344.100 sacas. Em seguida, destacam-se o Espírito Santo (13.600.000 sacas); São Paulo (4.000.000 sacas); Bahia (3.900.000 sacas); Rondônia (2.200.000 sacas); Paraná (876.100 sacas); Rio de Janeiro (235.000 sacas); Goiás (212.100 sacas) e Mato Grosso (198.900 sacas).

De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Café - ICO (2021), a oferta da produção mundial de café arábica e conilon na safra 2019/2020 é de 165.053.000 sacas, onde a América do Sul, notadamente por Brasil, Colômbia e Peru, detém 47% da produção. Sobre o consumo, em 2019, os dados representativos estão menores do que a oferta, com 137.046.000 sacas, e o mercado europeu e norte-americano são responsáveis nesta análise por causa da elevada importação do produto. A produção total de café exportada em 2019 é de 131.694.000 sacas e os principais países exportadores estão ranqueados no Quadro 1.

Quadro 1 – Ranking dos Países Exportadores de café.

País	Produção Exportada (mil de sacas)
Brasil	40.698
Vietnã	27.400
Colômbia	13.672
Honduras	6.765
Indonésia	6.334
Índia	6.028
Uganda	4.526
Etiópia	3.921
Peru	3.772
Guatemala	3.613

Fonte: ICO (2021) elaborado pelo autor.

Em relação aos dados de 2020, segundo informações do Conselho dos Exportadores de Café no Brasil (CECAFÉ, 2021), a produção total exportada do café, seja arábica, conilon, solúvel e torrado, foi de 44.708.125 sacas, gerando receita um pouco acima de US\$ 5,6 bilhões. Os principais países compradores da matéria-prima brasileira são Estados Unidos (18,20%); Alemanha (17,08%); Bélgica (8,41%); Itália (6,75%) e Japão (5,38%). O Porto de Santos (SP) apresenta-se como principal entreposto com destinação para a exportação.

Quanto às diferenças técnicas entre o sistema orgânico e o sistema tradicional de produção do café, Caixeta e Teixeira (2009) mostram que em alguns quesitos o cultivo orgânico apresentou vantagens, como o consumo reduzido de calcário, o uso de adubos orgânicos e valorização tanto no lucro do produto final quanto no valor de terra nua. Outra vantagem do sistema orgânico é que a maioria dos cafeicultores alega que ao utilizar este tipo de manejo sentiram-se confortáveis ao exercer sua atividade laboral evitando o uso de agrotóxicos, visto

que tinham passado por intoxicações e problemas de saúde (Siqueira; Souza, 2012). No sistema de café convencional a produtividade é maior do que no sistema orgânico e também os custos comparativos de produção são baixos (Caixeta; Teixeira, 2009).

Em virtude das informações de produtividade agrícola do café, há necessidade de ampliar uma discussão científica a respeito das conjunturas desenvolvimentistas. Para isso, o objetivo do trabalho é contextualizar a evolução do desenvolvimento da cafeicultura brasileira pontuando os registros históricos bem como outros tipos de progresso presentes no momento atual.

Organiza-se a evolução do artigo, para escrita, em cinco etapas, tendo como início a introdução conceituando basicamente a economia cafeeira. Em seguida, passa-se o referencial teórico atuando em duas frentes como as teorizações de desenvolvimento e da variante do desenvolvimento rural. Em terceira e quarta etapas, respectivamente, a metodologia da pesquisa e os principais resultados e discussões argumentados. E na finalização do artigo as considerações importantes referentes as abordagens destacadas em sua pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1 Conceituações e caracterizações de desenvolvimento

Santos e Carniello (2014) contextualizaram as discussões de desenvolvimento a partir do século XVIII até os dias atuais a partir de três aspectos destacados. O primeiro, no século XVIII, ilustrava-o como aumento da produção das riquezas e a partir daí se propuseram debates relacionados ao progresso econômico. O segundo, durante o século XIX, analisaram-se os impactos do positivismo e a influência da ciência no desenvolvimento. O terceiro aspecto, a consideração dos recursos econômicos, sociais e tecnológicos com a contribuição das políticas públicas desenvolvidas após as grandes crises ocorridas na primeira metade do século XX, tais como a crise econômica de 1929 e as duas guerras mundiais.

Em se tratando do registro histórico do século XX, considera-se o desenvolvimento como abordagem teórica onde concentra-se ao conjunto de alterações pelas quais algumas sociedades europeias passaram a aceitá-las tanto na natureza do capitalismo como pela necessidade de restauração econômica após as 2 guerras mundiais. Nesse sentido, tem como cerne principal no quesito global e capitalista a industrialização acelerada (Leme, 2015).

Conceitua-se desenvolvimento como meio de transformação econômica, política e social para que o povo tenha sua autonomia. A principal meta nesse processo é garantir o crescimento e a melhoria da qualidade de vida da população (Bresser-Pereira, 1968). Também três fatores são considerados parte essencial desse mecanismo como processo de acumulação de capital, introdução de tecnologias e aumento do padrão de vida da população no país. Apresenta-se como alternativa de crescimento econômico do país os investimentos do Estado provenientes dos impostos da população e sob a liderança do Governo o empresariado como uma das principais classes sociais aliados neste processo. O desenvolvimento é nacional porque se opera nos quadros de cada país, sob o respaldo das leis e das instituições garantidas pelo Estado (Bresser-Pereira, 2004).

O desenvolvimento exige uma série de projetos pertinentes aos vencimentos dos diversos setores: administração pública, educação, infraestrutura e transporte, energia, agropecuária, indústria, planejamento das cidades, entre outros. O orçamento um tanto quanto escasso faz obrigar o administrador a selecionar tais projetos (Hirschman, 1961).

Guimarães (2016) retrata o antigo significado de desenvolvimento econômico, onde a administração estatal era concebida como agente principal para a condução dos trabalhos que requeria reserva de capitais, elaboração de infraestrutura e industrialização. Segundo Perroux

(1967a), o desenvolvimento econômico dá continuidade na mudança das estruturas mentais, dos hábitos culturais e das reformas institucionais que influenciam o crescimento de produtividade em si podendo levar avanços socioeconômicos. Sobre o crescimento, só é executado quando dependerá dos mecanismos de desenvolvimento sendo que no plano nacional são fundamentais a garantia da liberdade (econômica e civil), da dignidade humana e da emancipação dos povos.

Perroux (1967b) traçou um raciocínio dinâmico do desenvolvimento através da formação da economia nacional evidenciando a interdependência dos fatores ligados à indústria motriz e/ou distritos industriais com aos conjuntos relativamente passivos, no caso das empresas filiais. Devido à grande dimensão, o autor destacou as duas principais consequências nessa apreciação crítica do crescimento econômico. A primeira, criou-se o conflito inevitável entre as grandes unidades econômicas e o poder estrutural do Estado, no qual as riquezas econômicas das empresas perpassam no território politicamente nacional. E a segunda, o Estado procura formalizar, para o ganho de capital político, os polos econômicos à disposição nos respectivos territórios e os meios burocráticos para atrair mão-de-obra e investimentos para afastar a concorrência.

No caso da agricultura, Hirschman (1961) afirma que a estrutura econômica deste setor é descrita pela escassez de efeitos em série. No entanto, toda produção primária precisaria retirar qualquer indício de uma cadeia retrospectiva embora que pudesse modernizá-la na compra de insumos e maquinários. Dessa forma, quanto mais arcaicos as atividades agropecuárias e extrativistas, mais verdadeiramente primários serão. Essa dependência da produção agrícola gera o ciclo vicioso destinando os produtos para consumo, exportação, beneficiamento industrial e sob raríssima utilização tecnológica dos países subdesenvolvidos na transformação dos produtos.

No entanto houve crítica ao desenvolvimento clássico na década de 1960 pelos estudiosos latino-americanos, no qual denominaram como teoria da dependência. Esta teoria retrata que as causas do subdesenvolvimento dos países da América Latina estão relacionadas à dependência econômica e tecnológica dos países desenvolvidos e da incapacidade dos representantes da burguesia nacional em assumir o protagonismo do desenvolvimento nacional preferindo o caráter imperialista. Naquele contexto, para se evitar o regime socialista (no Brasil), houve uma aproximação da burguesia local com o mercado capitalista (Bresser-Pereira, 2005).

A revolução verde, como parte do desenvolvimento geral, e instrumentalizada na década de 1970, marcou o panorama da agricultura brasileira. As tecnologias modernas utilizadas na época aumentaram consideravelmente a produção de alimentos, sobretudo os grãos. Mas, as técnicas de preparo intensivo do solo, uso de adubos químicos e agrotóxicos prejudicaram o meio ambiente (Rangel; Passos; Alvarenga, 2017).

Uma das características do novo padrão de desenvolvimento no século XXI esclarece que a construção do conhecimento tornou-se o bem mais importante no crescimento econômico de longo prazo do que a produção de matérias primas. Este crescimento baseia-se, atualmente, em setores intensivos de tecnologia que exercem nos programas de inovação. O modelo proposto presume que a estabilização do desenvolvimento econômico dependerá das redes institucionais competitivas e independentes; e pela modernização respaldada nos fatores de produtividade, conhecimento e inovação (Guimarães, 2016).

Essas transformações qualitativas transparecem em cinco características tais como: a) a evolução da qualidade de ensino, b) melhores indicadores de saúde, c) melhoria da preservação do meio ambiente, d) elevação dos níveis de moradias para população de modo geral; e) implantação de uma política salarial mais distributiva e equitativa. Destarte, percebe-se que, num mundo globalizado, as comunidades não se prosperam isoladamente e as transformações

que alcancem ao desenvolvimento pleno disseminem-se por meio de contatos e canais que produzem uma gama ainda maior de informações (Rippel, 2005).

No panorama recente do desenvolvimento socioeconômico brasileiro não foi distinto. Por muitos anos, a prioridade no trabalho de desenvolvimento e crescimento se dá pela expansão da infraestrutura como fator-chave de produtividade. A dinâmica do desenvolvimento regional com sua dinâmica territorial só conquistou a notoriedade nas políticas públicas a partir da década de 2000, diferentemente no final do século XX, que os principais agentes públicos se pensavam somente à estabilização econômica (Alves, 2018).

Ferrera de Lima, Piffer e Ostapechen (2016) teceram outras contribuições importantes na formulação das políticas progressistas onde sugeriram o contínuo estabelecimento de desenvolvimento endógeno dos municípios, no caso de intervenções voltadas para o desenvolvimento territorial. Essas tarefas dão impulso a flexibilização produtiva local, que é encarada como uma das formas de se prosperar simultaneamente o crescimento e o desenvolvimento econômico. Perante às realizações, reconhece-se a necessidade de construir possibilidades para solucionar ou atenuar os problemas detectados sob condições das projeções de crescimento econômico, modernizando ações de desenvolvimento endógeno e também do fortalecimento das microempresas, que, em geral, são considerados fatores-chave para o desenvolvimento local e melhoria significativa da condição social do povo.

2.2 Desenvolvimento Rural e Sustentável

A inclusão do desenvolvimento rural e sustentável neste estudo corresponde a uma nova proposta de inovação na agricultura conciliando a facilitação do manejo cultural com o aumento da produtividade. Tanto é que a Academia reconhece o modelo de produção e está apta a propor discussões e soluções baseadas na sustentabilidade.

Navarro (2001) considera que o desenvolvimento rural, de modo geral, abarca múltiplos conceitos para acentuar as necessidades de implantação das políticas públicas nos territórios rurais, não apenas nos seus impactos, assim como a racionalidade dos recursos e a operacionalização. Visto que antes da década de 1990 não havia tradição em realizar tais atividades no Brasil, com exceção dos projetos de desenvolvimento na Região Nordeste no Governo Militar. Neste resultado, o autor definiu-o em cinco expressões:

- 1) É o desenvolvimento agrícola que diz respeito as condições de produção agropecuária e suas peculiaridades, projetando as suas tendências no intervalo de tempo. Apresenta-se, por exemplo, seus coeficientes de produção.
- 2) Desenvolvimento agrário que demonstra as relações de produtividade com a sociedade. Neste caso estudaram-se as mudanças sociais, políticas e econômicas nos contextos agrários.
- 3) Propriamente o desenvolvimento rural que aborda uma ação preliminarmente articulada que induz as mudanças estruturais de um determinado ambiente rural sempre visando o crescimento socioeconômico. A aplicação deste conceito é comum nas políticas de Estado com a definição dos programas de governo e suas estratégias.
- 4) O desenvolvimento rural sustentável refere a aplicação de noções de equidade social, seja entre classes rurais e de gênero, e do planejamento ambiental.
- 5) Por último, o desenvolvimento local está relacionado na crescente influência de Organizações Não-Governamentais nas comunidades rurais mais carentes onde o poder público não pôde atender. Isso facilitou as estratégias de trabalho para facilitar o desenvolvimento.

Por essas razões que o desenvolvimento rural é multifacetado em sua essência. Ele se desdobra em uma variedade extensa de práticas ou tecnologias diferentes e às vezes compartilhadas. Entre as atividades mais visadas estão a gestão territorial, unidades de conservação, o agroturismo, a agricultura biológica e os produtos regionais típicos. Outras práticas estão sendo cada vez mais difundidas pelas propriedades rurais familiares onde incluem: gerenciamento de custos, marketing e o desenvolvimento de novas precauções e responsabilidades na fazenda (Ploeg *et al.*, 2000).

Ao exemplo do modelo europeu, Ploeg *et al.* (2000) fizeram algumas observações sobre políticas de desenvolvimento rural. Primeiro, essas práticas surgem do interesse próprio do agricultor e dos atores sociais envolvidos. Com as novas metodologias de trabalho feitas podem dar chance os produtores rurais de se sustentarem e ampliarem suas capacidades de renda e emprego. Em segundo lugar, o "campesinato" deve ser considerado como o elemento chave no desenvolvimento rural e mesmo que novos migrantes façam parte, os agricultores, sobretudo familiares, permanecerão a ser o foco de tais arranjos. Em terceiro lugar, o principal parâmetro para avaliação da nova proposta do desenvolvimento rural deve fundamentar-se numa comparação detalhada dos impactos socioeconômicos dessas políticas e práticas executadas para manter o cenário da modernização da agricultura.

O debate corrente sobre o desenvolvimento rural no Brasil tem sido motivado pelas ações de caráter normativo e pelas políticas públicas gerenciadas, no qual trouxeram duas respostas. Por um lado, o programa de governo pode repercutir a demanda social dos movimentos e organizações ligados ao meio rural, onde os representantes expõem suas reivindicações e problemas e colocam-se na esperança de que o sistema governamental, representado pelo corpo político e técnico, venha a apresentar propostas e as melhores alternativas aos mesmos. Por outro, a promoção do debate seria organizada primordialmente por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos assim como demais profissionais e outras entidades que continuam elaborando os projetos de interface com o Estado (Schneider, 2010).

Voltando ao caso do desenvolvimento sustentável, surgiu-se na composição de duas origens, na biologia e na economia, com as seguintes diferenças. A primeira corresponde na concepção ecológica referindo à recuperação da biodiversidade de modo geral em face de agressões antrópicas ou naturais. A segunda, sob a perspectiva econômica, que durante o século XX, em especial a partir da década de 1970, aumentou a preocupação ambiental por causa do aumento contínuo do consumo gerando insustentabilidade. Por isso, os debates nos eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992) fizeram formular a noção de desenvolvimento sustentável, considerando como alternativas melhorar as condições de equidade social e qualidade de vida (Nascimento, 2012).

3. Metodologia

A pesquisa bibliográfica é o procedimento descritivo que tem como intuito buscar as informações e conhecimentos prévios acerca de um determinado assunto, que se deve formular as respostas, ou uma hipótese experimental. Pela natureza teórica, esse tipo de pesquisa é obrigatório para qualquer trabalho acadêmico porque constitui o conhecimento com base nas referências científicas do tema (Raupp; Beuren, 2006).

Raupp e Beuren (2006) exemplificam diversos materiais publicados para consulta como periódicos, teses, dissertações, livros, notas técnicas, entre outros. Por meio dessas publicações que se agregam os conhecimentos sobre o objeto de estudo. Dependendo do tema a quantidade de bibliografias disponíveis será variada.

A utilização da pesquisa bibliográfica neste artigo corresponde a apresentação dos temas principais correlacionados à cafeicultura a partir das consultas das publicações. Nela,

ênfatisam-se os referenciais teóricos que servirão como suporte na sua construção elucidativa das discussões no decorrer da pesquisa

Os procedimentos serão desenvolvidos em duas estratégias. O primeiro ponto, já formalizado e redigido, se dá por meio das publicações a importância econômica da cafeicultura brasileira e dos referenciais teóricos do desenvolvimento. No segundo, no caso da interpretação dos resultados, apresentando três categorias analíticas tais como os registros históricos da política cafeeira no Brasil; desenvolvimento da cafeicultura na política industrial brasileira; e aplicação do Desenvolvimento Rural Sustentável, Tecnológico e Econômico da Cafeicultura.

4. Resultados e Discussão

Os principais resultados e discussões apresentados no artigo trarão direcionamento melhor de como desenvolvimento da cafeicultura influenciou a dinâmica econômica brasileira por meio dos principais fatos históricos e das novas concepções teóricas deste tema.

4.1 Registros Históricos da Política Cafeeira do Brasil

No final do século XIX e no início do século XX, o café brasileiro produzia com excesso de produtividade por causa da boa fertilidade natural do solo, originada da derrubada das matas. Objetivando impulsionar esse sistema produtivo, foram elaboradas as primeiras iniciativas para a defesa dos preços do produto. Buscando evitar a circulação desordenada do café no mercado externo, implementaram-se políticas específicas para a cafeicultura e o governo brasileiro aplicou medidas protetivas às oscilações e impôs preços mais altos (Caixeta, 2017b).

A primeira política reconhecidamente implantada foi o Convênio de Taubaté no ano de 1906. Ela se apresentou como uma alternativa à política de valorização dos preços internacionais do café. A trajetória do mercado mundial da cafeicultura no decorrer do século XIX, marcada por aumento dos preços e pela popularização do consumo, principalmente nos EUA, fez com que os fazendeiros expandirem seus investimentos aumentando a áreas plantadas no Brasil. O Convênio, embora celebrado entre três Estados Brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro), delimitou os objetivos para controlar a oferta do produto tais como: valorização dos preços, regulamentar a comercialização do produto, propor o aumento do consumo interno e fixação da taxa nominal de câmbio (Ribeiro, 2011).

O poderio político da elite cafeeira paulista acabou exercendo sua influência no apoio ao presidente da República Arthur Bernardes, sob a promessa da continuidade da política de valorização do café. Tanto é que o presidente concedeu autonomia para o governo paulista no controle da produção do grão com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café (Godoy, 2016). Assim, o Governo Bernardes interveio no setor pelo decreto federal nº 4.868 de 7 de novembro de 1924, em que a União, além de assegurar a distribuição de café em todo o Brasil, transferiu para o Estado de São Paulo a administração dos armazéns construídos no objetivo de controlar o transporte e o estoque do produto (Freitas Filho, 2013).

Ao longo dos anos, o café foi um produto relacionado ao pioneirismo e à inovação, tendo seu setor produtivo marcado pela formação dos arranjos institucionais capazes de atender as situações desafiadoras de cada época. Na primeira metade do século XX, quando era o principal produto de exportação no Brasil, sua importância no desenvolvimento socioeconômico orientava a defesa do valor da moeda no mercado internacional, considerada vital para o equilíbrio do nível geral dos preços. Nesse contexto, a necessidade de organizar as políticas setoriais levou o Governo Federal a estabelecer, em 1933, a criação do Departamento Nacional do Café, que anos depois foi modificado, em 1946, pelo Departamento Econômico do

Café. A partir de então, o setor veio se transformando de forma diferenciada e atualmente, apresenta uma base de sustentação institucional no agronegócio brasileiro (Rufino, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, a produção da cafeicultura foi marcada por uma fase de oscilação, ocorrendo novas interferências governamentais. Segundo Caixeta (2017b), o governo brasileiro implantou o Plano de Erradicação Cafeeira, de 1962 a 1967, que chegou a reduzir a taxa de 53% dos cafezais, cujo objetivo era controlar o estoque e aumentar o consumo interno. Em contrapartida, por causa das severas geadas e do aparecimento da ferrugem, em 1969, criou-se o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, quando houve o aumento dos financiamentos nas lavouras para substituições, recepas e aplicações dos fertilizantes das plantas, além da estruturação da assistência técnica para reorientação de novas tecnologias.

No sistema produtivo da cafeicultura houve a criação de uma política governamental atuante diferentes em níveis e características, como exemplos: pesquisa científica (como melhoramento genético do cafeeiro e manejo cultural); assistência técnica e extensão rural (ATER); linhas de crédito em bancos e seguro rural; formação de cooperativas; tecnologias de informação (como análise de mercado e climatologia); formação de estoques públicos e fornecimento da produção (Innocentini, 2015).

4.2 Desenvolvimento da cafeicultura na política industrial brasileira

Ao abordar o histórico de desenvolvimento do ciclo econômico do café, Paim (2011) constata que no século XIX o Brasil foi o principal país exportador de café no mundo, onde de 1830 a 1860 houve um salto significativo no volume exportado variando de 3.178.000 para 26.253.000 sacas. Apesar das oscilações das cotações de mercado o crescimento das exportações compensava a renda.

Paim (2011) afirma que em razão do aumento da renda originada das exportações do café houve a ampliação do mercado interno e abertura do capital para investimentos. Consequentemente, o ciclo econômico do café acabou criando novas condições gerais na economia brasileira, onde os períodos de 1860 a 1890, 137 empresas estrangeiras foram autorizadas a operar no Brasil atuando nos setores de seguros, minas e energia, transportes e bancários.

Dessa forma, o café teve papel preponderante no processo de industrialização do Brasil pelo modelo de substituição das importações, que dependia das receitas geradas do produto principal para a importação de bens de capital. Além disso, as políticas restritivas de divisas relacionadas às exportações provocavam escassez de produtos manufaturados, o que motivou a propositura da política de industrialização nacional. No decorrer do século XX, o café foi diminuindo gradativamente sua importância econômica para a balança comercial e na economia brasileira de modo geral, concomitantemente com as instalações dos parques industriais nas cidades e de outras culturas agrícolas voltadas à exportação, a exemplo da soja (Maia *et al.*, 2014).

Vale lembrar que naquele contexto ocorria o crescimento industrial. Para continua-lo, dependia da renovação estrutural nas políticas econômicas, sociais e institucionais, que não se equivalem ao crescimento demográfico. Isso não acontecia por várias razões como a não consolidação de uma indústria de base, sob justificativa de insuficiência e elevados custos dos insumos, excessiva carga tributária e uma relevada hostilidade do governo ao empresariado industrial. Tais alegações motivaram a limitação das margens de lucro nas indústrias. Sendo assim, as empresas brasileiras radicadas tiveram dificuldades para expandir suas capacidades produtivas ao competirem com os países desenvolvidos e ampliar o mercado interno para fomentar a produção dos bens de consumo. A indústria pesada teve o tempo maior de adaptação

econômica pois essa indústria de transformação dependia exacerbadamente de tecnologia estrangeira (Cunha *et al.*, 2017).

Silva (1986) alegara que na transição para o Século XX, com a superprodução da produção cafeeira ocasionou a desvalorização da moeda nacional (Réis) e o aumento inflacionário. Com essas taxas elevadas de inflação, aumentava-se os preços de importação, no qual a indústria brasileira tinha essa dependência. Consequentemente, o mercado brasileiro foi cada vez mais especializado no setor primário. Apesar da instauração precoce do modelo industrial brasileiro, o autor pondera que o ritmo acelerado na produção de bens de consumo nas unidades industriais trouxe efeitos reduzidos nas forças produtivas em razão da falta de flexibilidade na divisão internacional do trabalho.

Romper o ciclo econômico da cafeicultura, significaria de antemão quebrar o nascente capitalismo. Isso era motivado pela alta dívida nos bancos públicos e privados, e se quebrasse, comprometeria às finanças no nascente banco central; aumento crescente do desemprego e declínio da renda, ceifando o setor primário, secundário e terciário, a exemplos do comércio e dos transportes. Consequentemente, o recolhimento dos impostos de importação (federal) e de exportações (estadual), foram drasticamente atingidos. As principais soluções para amenizar este ciclo, que por ora estava prestes a se encerrar, são à queima da produção, ligeiro aumento da carga tributária de 12%, na década de 1920, para 15%, na década de 1940, aumento dos recursos públicos e a facilitação do abastecimento interno dos equipamentos industriais (Cano, 2015).

No decorrer dos acontecimentos dos eventos políticos e econômicos que contribuíram o fim da monarquia no Brasil, os estudiosos começaram a problematizar os meios para superar os obstáculos em uma nação pouco desenvolvida. Diante do caso, defende-se que o desenvolvimentismo não despontou por acaso. Tratou-se, de um estudo teórico e consistente de construção política e intelectual, resultante do momento que o Brasil vivera à época da crise econômica e do atraso industrial e da consciência gradual de considerados atores intelectuais, de modo que ao grupo político que chegou ao poder em 1930 não se fazia segredo a formação das práticas desenvolvimentistas. A novidade da década de 1930 é que o agravamento da crise econômica, associada a mudanças nas configurações políticas nos países latino-americanos, criaram maiores chances para que alguns desses passassem a adotar políticas desenvolvimentistas (ora industriais), influenciando o processo de substituição de importações. (Fonseca; Salomão, 2017).

4.3 Aplicação do Desenvolvimento Rural Sustentável, Tecnológico e Econômico da Cafeicultura

As principais transformações na cafeicultura nacional tomaram maior proporção no início da década de 1970, com a formação de novas fronteiras agrícolas relacionadas às adaptações climáticas favoráveis e as benesses governamentais. Ocorreram ainda novas alterações na geografia da produção cafeeira, estendendo sua disseminação para outros Estados como Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia e Bahia (Bliska *et al.*, 2009).

O sistema de produção de café no Brasil é um dos mais rigorosos do mundo no que se remete a questões sociais e ambientais, considerando a preocupação em atestar a produção de um café sustentável. Esta atividade é praticada com base nas leis trabalhistas e ambientais. São essas normas que respeitam a biodiversidade e aos trabalhadores envolvidos passível de punição qualquer ilegalidade como o trabalho escravo e infantil nas lavouras. (Guimarães *et al.*, 2017).

O modelo sustentável da cultura era praticado entre as décadas de 1950 a 1960 com plantios de espaçamentos largos, substituição das matas pelas mudas e uso de cultivares pouco

produtivas. Consequentemente, pela escassez de recursos naturais e novas áreas de cultivo foi preciso adotar uma cafeicultura mais cautelosa (Petek; Patrício, 2007).

Por isso, em relação ao modelo de desenvolvimento rural sustentável na cafeicultura, há práticas inovadoras que estão sendo adotadas, como por exemplo na propriedade rural do interior de Minas Gerais onde implantaram sistemas de reutilização da água no processo de beneficiamento do café, utilização da compostagem da casca de café para diminuir os gastos com fertilizantes químicos, aumento da disponibilidade hídrica pela restauração de mata ciliar e da revegetação por volta das nascentes e a gradativa diminuição dos defensivos agrícolas por causa da maior quantidade de inimigos naturais nos cafezais. No ponto de vista sociológico, observou-se a satisfação e motivação dos trabalhadores e membros familiares a partir da evolução das condições de trabalho e moradia, na qualificação profissional, investimento em equipamentos de segurança, convênio médico e cestas básicas (Silva; Livramento, 2013).

Há também outras modalidades que auxiliam o desenvolvimento sustentável da produção cafeeira nas propriedades familiares. Segundo Souza, Saes e Otani (2002), são classificadas como cafés especiais, que preconizam a qualidade da produção com base nas avaliações dos grãos, aromas, sistemas de produção e normas ambientais e trabalhistas. As autoras identificaram seis categorias: *gourmet*, certificado de origem, produção orgânica, produção familiar, *fair trade* e *slow food*.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico do café, Turco *et al.* (2013) identificaram as tecnologias adaptadas às regiões de produção cafeeira entre 1924 a 2012. De 1924 a 1954, as mais aplicadas foram uso da calagem, adubação química e colheita no pano. De 1955 a 1974, a novidade tecnológica é o plantio de novas variedades nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. De 1975 a 1989, implantou-se a mecanização na Mogiana Paulista (SP), com taxa proporcionada de 33%, e Cerrado Mineiro, com taxa de 18%. De 1990 a 2000, as mais importantes apontadas pelos pesquisadores foram: fertilidade do solo, variedades mais produtivas, controle químico, mecanização, irrigação e espaçamento adequado. De 2001 a 2012, tiveram relevância principalmente nas duas regiões da Bahia (Chapada e Oeste) a fertilidade, uso de variedades, irrigação e mecanização.

Nos estudos recentes, Conceição, Ellery Junior e Conceição (2017) fizeram apontamentos no processamento de café mostrando que o produto brasileiro enfrenta uma difícil concorrência com os países de primeiro mundo industrializados que possuem uma estrutura de pesquisa ideal. Recomenda-se que as empresas do setor industrial do café no Brasil necessitam de definir estratégias de mercado ao investir na pesquisa e inovação tecnológica. Dessa maneira, terão melhores condições de sucesso no mercado externo além de competirem com as marcas internacionais no território brasileiro.

Em consonância, Moreira *et al.* (2019) consideram que os resultados significativos mostram que o setor se efetivou melhor em todos os estágios de desenvolvimento da cultura, adoção de tecnologias, melhor padronização da qualidade dos tipos cafés superiores e diminuição gradativa dos custos de produção agrícola. Por isso, condicionaram a ampliação da cafeicultura brasileira em termos financeiros e no aproveitamento da quantidade produzida. Em outro espaço, o processo produtivo da cultura ainda enfrenta seus percalços, sobretudo, nos quesitos ambientais, fundiários e trabalhistas.

Segundo Vieira, Lourenzani e Pellin (2019), outro cenário que favorece economicamente o setor cafeeiro em regiões estratégicas é a instrumentalização da indicação geográfica. Este mecanismo pode ser considerado uma alternativa de valorização do grão, que consequentemente garante o reconhecimento nacional e internacional das regiões avaliadas¹ na pesquisa dos autores. Justifica-se com base que o café é uma *commodity* de exportação e

¹ As regiões geográficas do café estudadas e discutidas por Vieira, Lourenzani e Pellin (2019) são Cerrado (MG); Serra da Mantiqueira (MG); Norte Pioneiro (PR); Alta Mogiana (SP); Pinhal (SP); Oeste (BA).

também pela busca de novos apreciadores de cafés especiais, com qualidade, onde apresentam determinados atributos que diferenciam uma região no seu desenvolvimento produtivo.

5. Considerações Finais

Como sabido, o objetivo do trabalho é revelar as circunstâncias do processo da evolução da cafeicultura brasileira de acordo com as concepções teóricas do desenvolvimento, registros históricos e demais abordagens para atualizações no momento.

Demonstram-se neste trabalho as principais razões que consolidaram a estrutura econômica do café no Brasil, embora que atualmente não é mais uma riqueza hegemônica. No primeiro momento, caracterizou-se um planejamento político que ousadamente apostou os investimentos provenientes da venda da produção exportada de café em outros setores econômicos. Com o passar do tempo o Governo Brasileiro executou novas interferências políticas desta cultura para manter a estrutura econômica.

No segundo plano, ocorreu a síntese do desenvolvimento econômico do café, principalmente na formação industrial. A medida de que se produzia exponencialmente o café, no caso no Século XIX, demonstrava-se a destinação dos investimentos principalmente na formação industrial brasileira. Porém, conflitos de natureza política e as interferências do Governo Federal ao sistema financeiro atrasaram o processo de industrialização brasileira, que após o ano de 1930 ganhou maior autonomia aliado às novas políticas de desenvolvimento.

No terceiro, denota a incorporação dos conceitos metodológicos de desenvolvimento sustentável e tecnológico para o crescimento produtivo das propriedades cafeeiras. Neste parâmetro, reportado na sua pesquisa bibliográfica, mostram a evolução deste tipo de desenvolvimento moldando os tipos de atividades executadas no campo e nos aprimoramentos tecnológicos da matéria-prima visando sempre a qualidade; eficiência produtiva; e equidade social e regional.

No Século XX com a incorporação de novas culturas agrícolas e no crescimento da matriz energética o café teve seu declínio econômico. Mesmo assim, a cafeicultura demonstra sua representatividade agrícola com a expansão para os demais estados e continua mantendo as políticas públicas de desenvolvimento.

Para tanto, o que se preza nesse estudo é aplicabilidade dos conceitos históricos de desenvolvimento e a sua influência na cafeicultura brasileira. Neste ponto de vista científico, a construção de uma política pública e econômica deve se ater as condições holísticas para que o desenvolvimento (ou à propriedade rural) torna-se economicamente pleno em seu território.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. R. Planejar para desenvolver o regional e o local: fácil de dizer, mas difícil de fazer. **Economistas**, Brasília, v. 29, p. 38-43, 2018.

BLISKA, F. M. de M.; MOURÃO, E. A. B.; AFONSO JÚNIOR, P. C.; VEGRO, C. L. R.; PEREIRA, S. P; GIOMO, G. S. Dinâmica Fitotécnica e Socioeconômica da Cafeicultura Brasileira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.1, p.5-18, jan. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento. *In: Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 15-27.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito de Desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 1, 2004, p. 49 a 84.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. de (org.) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan. 2005 p. 201-232.

CAIXETA, G. Z. T. Cadeia Brasileira do Café. In: CAIXETA, G. Z. T. **Aspectos Econômicos da Cadeia do Café**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2017a, p. 59-92.

CAIXETA, G. Z. T. Políticas Relativas ao Café. In: CAIXETA, G. Z. T. **Aspectos Econômicos da Cadeia do Café**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2017b, p. 185-234.

CAIXETA, G. Z. T.; TEIXEIRA, S. M. Economicidade e certificação da cafeicultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 317-329, out./dez. 2009.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 35, nº 3, p. 444-460, jul./set. 2015.

CECAFÉ – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **Exportações Brasileiras**. 2020. Disponível em: <https://www.cecfe.com.br/dados-estatisticos/exportacoes-brasileiras/> Acesso em 03/08/2021

CONAB – Companhia Nacional do Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de café**, v. 8 – Safra 2021, n. 1 - Segundo Levantamento, Brasília, p. 1-63, maio 2021.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; ELLERY JUNIOR, R. G. de; CONCEIÇÃO, P. H. Z. da. Cadeia agroindustrial do café no Brasil: uma análise do período recente. **Radar**, Brasília, n. 53, p. 25-29, out. 2017.

CUNHA, G. H. de M.; PAIVA, M. S. de; CONSTANTINO, M.; LUSTOSA, M. M. do N. A Industrialização Brasileira entre 1900 e 1930 em uma perspectiva histórica. **Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, n. 21, p. 82-106, jul./dez. 2017.

FERRERA DE LIMA; J.; PIFFER, M.; OSTAPECHEN, L. A. P. O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 4, p. 757-766, out./dez. 2016.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, 20 p., mai./ago. 2017.

GODOY, J. H. A. de. Estado e política econômica na I República: consensos e dissensos. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, vol. 25, n. 2, p. 254-287, 2016.

GUIMARÃES, S. K. Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 259-284, abr.-jun. 2016

GUIMARÃES, P. T. G.; DIAS, K. G. de L.; GUIMARÃES, P. L.; POZZA; A. A. A.; OLIVEIRA, C. H. C. de. **Manejo e gestão da propriedade cafeeira**: boas práticas para uma cafeicultura sustentável. Belo Horizonte: EPAMIG, 2017. 64 p.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961. 317 p.

ICO - International Coffee Organization. **Dados históricos sobre o comércio global de café**. 2021. Disponível em: https://www.ico.org/new_historical.asp> Acesso no dia 08/12/2018.

INNOCENTINI, M. Política brasileira do agronegócio do café: desafios e propostas. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, Ano XXIV, n. 2, abr./maio./jun. 2015.

LEME, A. A. Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília vol. 30, n. 2, p. 495-527, Mai/Ago. 2015.

MAIA, G. B. da S.; PINTO, A. de R.; SCHIRMER, J. R. R.; MARQUES, C. Y. T.; LYRA, D. D. Produção, rentabilidade e decisão de investimento do setor cafeeiro brasileiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 135-154, mar. 2014.

MEDEIROS, R. de V. V.; RODRIGUES, P. M. A. A Economia Cafeeira no Brasil e a Importância das Inovações para essa Cadeia. **A Economia em Revista**, Maringá, vol. 25, n. 1, 12 p., jun. 2017.

MOREIRA, P. C.; MOREIRA, G. C.; CASTRO, N. R.; SILVA, R. P. da. Produtividade e economia de fatores de produção na cafeicultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XXVIII, n. 2, p. 6-21, Abr./Maio/Jun. 2019

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 26, n. 74 p. 51-64, 2012.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 43, p.83-100, set./dez. 2001.

PAIM, A. (org.) O ciclo do café. In: PAIM, A. (org.) **História Econômica do Brasil**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. 2011. p. 96-202.

PERROUX, F. O desenvolvimento. In: DURAND, J. C. G. (org). **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967a, p. 27-40.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder. 1967b. 733 p.

PETEK, M. R.; PATRÍCIO, F. R. A. Cultivares resistentes ou tolerantes a fatores bióticos a abióticos desfavoráveis: ponto-chave para a agricultura sustentável. **O agrônomo**, Campinas, vol. 59, n. 1, p. 39-40, 2007.

PLOEG, J. D. V. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K. de; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural development:

from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, vol. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

RANGEL, O. J. P.; PASSOS, R. R.; ALVARENGA, A. C. Uso do solo em sistemas orgânicos de produção. In: NICOLI, C. F.; MONHOL, C.; MARQUES JUNIOR, E.; FALQUETO, H. Z.; SARTORI, I. F.; GARCIA, I. R.; POLASTRELI, J. L.; ROSAS, J. T. F.; ALVES, K. S.; BRANDÃO, K. A.; MARETO, L.; ALTOÉ, M. S.; ROCHA, M. R.; MOREIRA, P. E. S.; SANTOS, R. X.; PASSOS, R. R.; BRAGSNÇA, R.; REIS, U. de O. dos; MORAES, W. B. (org.) **Agronomia: colhendo as safras do conhecimento**. 1 ed. Alegre: UFES/CCAUFES, 2017, v. 1, p. 39-62.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

RIBEIRO, F. A Política Econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). **Pesquisa & Debate**, São Paulo, vol. 22, n.1, p. 75-93, 2011.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Demografia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RUFINO, J. L. dos S. Organização institucional: um modelo diferenciado. **Revista Agroanalysis**, São Paulo, vol. 26, n. 11, p. 9-11, nov. 2006.

SANTOS, M. J. dos; CARNIELLO, M. F. História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 3 (número especial), p. 67-88, set/2014.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SILVA S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1986. 114 p.

SILVA, D. R.; LIVRAMENTO, D. E. do. Desenvolvimento Rural Sustentável: um estudo de caso aplicado ao médio produtor rural de café da região de Cabo Verde – MG. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, São Sebastião do Paraíso, vol. 3, n. 1, p. 6-21, jun. 2013.

SIQUEIRA, H. M. de; SOUZA, P. M. de. O sistema orgânico e a cafeicultura familiar do Caparaó-ES: alternativa para a sustentabilidade socioeconômica? **Custos e @gronegocio Online**, v. 8, n. 2, p. 57-83, abr./jun. 2012.

SOUZA, M. C. M., SAES; M. S. M.; OTANI, M. N. Pequenos produtores familiares e sua inserção no mercado de cafés especiais: uma abordagem preliminar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n.11, 2002. p. 16-26.

TURCO, P. H. N.; FRONZAGLIA, T.; VEGRO, C. L. R.; FIRETTI, R.; TÔSTO, S. G.; BLISKA, F. M. de M. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 105-119, jul./dez. 2013.

VIEIRA, A.C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; PELLIN, V. As indicações geográficas como instrumento de criação de valor para o setor cafeeiro brasileiro. **Delos: Desarrollo Local Sostenible**, v. 35, p. 1-18, 2019.